

*[Handwritten signature]*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CENTRO DE INFORMÁTICA DA SAÚDE

**Resposta ao processo administrativo número 9222/2021 – Pedido de impugnação ao Pregão Presencial nº 117/2021**

Em resposta ao solicitado pelo sr. **Valmor Simas Junior** no que tange ao exposto em documento recebido via e-mail no dia 23 de dezembro de 2021 às 16:35 através do e-mail [gabinete@sjvriopreto.rj.gov.br](mailto:gabinete@sjvriopreto.rj.gov.br) onde o mesmo solicita a impugnação do pregão presencia de número 117/2021 que visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO POR PRAZO DETERMINADO DE SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, EM AMBIENTE WEB, CONTEMPLANDO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO E ALTERAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS DE ACORDO COM A LEI, LOCAÇÃO DE SERVIDOR WEB (CLOUD) PARA HOSPEDAGEM DE SISTEMA E BANCO DE DADOS COM BACKUP, DISPONIBILIZAÇÃO DE LINK DE ACESSO AO SERVIDOR, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E LEGAL RELACIONADOS A CADA MÓDULO DE PROGRAMAS, COM ATENDIMENTO REMOTO E/OU LOCAL. Onde o solicitante expôs, ao seu ver, duas possíveis ilegalidades: **1 – Violência ao direito de recorrer e impugnar o edital e 2 – Ausência de Dispositivos sobre proteção de dados.**

No que diz respeito a primeira solicitação, entendo que a comissão de licitação do município acatou ao solicitado, visto que o certame foi suspenso considerando não haver condição de manifestação em tempo hábil da Secretaria solicitante.

No que diz respeito à segunda solicitação: **Ausência de Dispositivos sobre proteção de dados**, entendo que:

A preocupação do solicitante é justificável, visto que os distintos setores da saúde trabalham diretamente com dados pessoais e sensíveis e realmente o prestador de serviços, neste caso específico, o município através da Secretaria Municipal de Saúde em seus distintos setores e a empresa que virá a prestar o serviço objeto desta licitação deverão tomar todas as providências possíveis a fim de resguardar os dados coletados e a privacidade do cidadão seguindo a legislação em vigor e vindo a se adequar a novas normas e/ou leis que possam vir a ser implantadas.

Nenhum sistema informatizado pode ser considerado 100% inviolável, posso citar como exemplo o caso recente de ataque hacker ao Sistema ConectSUS ocorrido recentemente, que deixou o sistema indisponível por vários dias.

No caso da presente licitação, estamos contratando um sistema já desenvolvido e em funcionamento em outros locais, tanto que no referido termo de referência e edital solicitamos a comprovação de experiência e qualificação técnica, desta forma, não estamos solicitando o desenvolvimento de um sistema novo, mas sim contratando algo que já existe no mercado.

#### 4.3.6 – HABILITAÇÃO TÉCNICA

*Para fins de comprovação da experiência e qualificação técnica, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:*

*4.3.6.1 Atestado(s) de capacidade técnica (no mínimo 2 (dois) conforme Termo de Referência), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da PROPONENTE, que comprove(m) ter ela executado ou estar executando serviço pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação.*

Entendo que, por se tratar de legislação Federal, todo o país precisa se adequar e cumprir o determinado pela lei, desta forma as empresas detentoras dos sistemas são obrigadas a ofertarem sistemas compatíveis com a legislação, nesta caso específico com a LGPD, por tanto, mesmo que não esteja citada expressamente a lei em questão, entende-se que a mesma é cumprida pela empresa interessada em participar do certame licitatório.

Além disto, no item 4.1.14 do referido edital dizemos que o sistema deverá se manter atualizado com relação à legislação.

*4.1.14. O sistema deverá se manter atualizado seguindo as legislações e normas vigentes e em caso de alteração da legislação, a contratada deverá atualizar o sistema a fim de se adequar*

Destaco também que no ANEXO V - Minuta de Contrato, a empresa vencedora se comprometerá a seguir a legislação em vigor.

*8.2.3 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.*

Também há de se destacar que a empresa vencedora deverá manter sigilo sobre os dados que vier a ter acesso.

*8.2.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;*



Desta forma, com relação ao exposto no pedido de impugnação, entendo que:

- 1- o referido edital, realmente não dispõe de um tópico exclusivo para falar sobre a LGPD, porém ao estabelecer que a empresa contratada deverá sempre estar em conformidade com a legislação, entende-se que: a mesma também está obrigada a seguir a LGPD.
- 2- Destaco que o próprio sistema terá controle de acesso dividido por níveis, ou seja, cada profissional terá acesso somente a informações pertinentes à ele.
- 3- Com relação à oferecer a possibilidade da importação de dados de basas como: Cad SUS, ressalto que o Sistema CadSUS é do Governo Federal e existe normas e procedimentos a serem seguidos para acesso aos dados e que TODO O CONTROLE E BANCO DE DADOS é oriunda do Governo Federal. A possibilidade de importação de dados será solicitada a quem de direito e caberá ao município intermediar e autorizar a troca de informações entre sistema, que será analisada pelo Ministério da Saúde através do setor por ele designada para este fim, desta forma há de se seguir um rito próprio e ofereceremos a possibilidade que será debatida entre as partes em momento oportuno. Com relação ao e-SUS APS, o banco de dados está em poder do município, e da mesma forma, o possível compartilhamento de dados será estudado em momento oportuno e a empresa deverá manter sigilo absoluto sobre todas as informações que tiver acesso, conforme já descrito neste relatório.
- 4- Com relação a migração de dados, são dos sistemas e-SUS APS (**fichas cadastrais**), conforme citado na página 10 da petição, tal migração depende da possibilidade levantada no item anterior.

Levando em consideração o exposto, entendo como procedente a preocupação do senhor Valmor Simas Júnior. E de tal forma sugiro duas alterações no termo de referencia e edital da licitação.

1 – Onde se lê:

4.2. Oferecer a possibilidade da importação de dados de bases como: CAD SUS (Sistema de cadastramento de Usuários do Sistema Único de Saúde permite a geração do Cartão Nacional de Saúde, que facilita a gestão do Sistema Único de Saúde e contribui para o aumento da eficiência no atendimento direto ao usuário) e do e-SUS APS importando os cadastros existentes no sistema.

Leia-se:

4.2. Oferecer a possibilidade da importação de dados de bases como: CAD SUS (Sistema de cadastramento de Usuários do Sistema Único de Saúde permite a geração do Cartão Nacional de Saúde, que facilita a gestão do Sistema Único de Saúde e contribui para o aumento da eficiência no atendimento direto ao usuário) **caso haja autorização do Ministério da Saúde e caso o sistema tenha sido homologado junto aos órgãos competentes para ter tal funcionalidade** e do e-SUS APS importando os cadastros existentes no sistema, atendendo plenamente a legislação e normas pertinentes.

2 – A empresa contratada já deverá seguir toda a legislação pertinente, e deverá apresentar uma declaração de pleno atendimento a LGPD e indicar um encarregado conforme Artigo 23, item III da LGPD, conforme modelo a seguir.

## DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO PERTINENTE

À Prefeitura de Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Editais de Pregão nº 117/2021

A presente Declaração se sustenta com base à:

- Lei Geral de Proteção de Dados, 13.709/18 (PLANALTO, 2018a), promulgada em 14 de agosto de 2018.
- Lei Geral de Proteção de Dados, 13.853/19 (PLANALTO, 2018a), promulgada em 08 de julho de 2019, alterando a Lei original 13.709/18.

- A Lei 12.965, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Marco Civil da Internet.

A empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_

DECLARA ao Município de São Jose do vale do Rio Preto e quem de direito, sob as penas da Lei, que:

Baseando-se nos seguintes princípios:

- O princípio da Finalidade - Os dados coletados devem ter um fim específico, e o tratamento dos mesmos deve ater-se à tal finalidade.
- O princípio da Adequação - Processo de preservar a relação entre aquelas finalidades informadas para os quais os dados serão utilizados, e o efetivo tratamento dado à eles.
- O princípio da Necessidade - Os dados solicitados devem ter uma justificativa plausível de necessidade, para o fim a que se destinam.
- O princípio do Livre Acesso - O titular dos dados pessoais deve ter assegurados os seus direitos de consulta gratuita e facilitada, sobre a totalidade de dados que estejam ou que estarão em poder de quem os trata ou tratará, assim como sobre a integralidade de seus dados. Também devem estar disponíveis informações sobre o tempo em que os dados permanecerão sob tratamento. Todos os usuários, podem obter qualquer destas informações, ou proceder à solicitações específicas em quanto à seus dados pessoais, através do Encarregado de Dados da EMPRESA, devidamente identificado nesta Declaração.
- O princípio da Qualidade dos Dados - Deve haver uma garantia, aos titulares dos dados, de que seus dados serão tratados com exatidão, clareza, relevância, atualização, de acordo com a necessidade e para o cumprimento específico da finalidade para os quais os dados foram coletados.





- O princípio da Transparência - Todos os dados e tratamentos oferecidos à eles devem ser informados de forma clara, precisa e transparente.
- O princípio da Segurança - O tratamento dos dados deve ser efetuado de forma a que sejam utilizadas medidas técnicas e administrativas de forma a proteger os mesmos de acessos não autorizados, e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- O princípio da Prevenção - Relacionado com o princípio anterior, o princípio da prevenção diz que se devem adotar medidas preventivas para evitar que ocorram danos aos dados pessoais do titular.
- O princípio da Não Discriminação - Os dados não devem ser tratados com finalidades discriminatórias abusivas ou ilícitas.
- O princípio da Responsabilização e Prestação de Contas - O agente de tratamentos, a qualquer momento, deve ser capaz de demonstrar a adoção de medidas que comprovem a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, e, inclusive, da eficácia destas medidas. A EMPRESA deverá cumprir com todos estes princípios, zelando, sempre, pela privacidade de seu usuário ou cidadão. São consideradas exceções de inaplicabilidade, ou seja, não se aplicam, os dados que: o Sejam determinados públicos por determinação legal, ou tenham de ser processados para cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória; o Sejam públicos para o tratamento e uso compartilhado para execução de políticas públicas; o Sejam objeto de decisão judicial transitada em julgado, pela divulgação ou exibição dos mesmos; o Se destinem à procedimentos destinados à segurança, passiva ou ativa; o Já forem considerados dados públicos por outros meios; o Se destinem à tutela da saúde, à proteção da vida ou incolumidade física de pessoas; o Sejam necessários para a relação contratual ou vínculo empregatício com a empresa; e Sejam necessários para a atuação legítima da EMPRESA, em atendimento à sua missão constitucional.

A EMPRESA, se declara aderente aos princípios supracitados, e estabelece como prioridade a obtenção da conformidade com as correspondentes leis, neste documento citadas, ao mesmo tempo em que manifesta seu compromisso de busca constante para a manutenção futura da adequação e conformidade

com as referidas leis, de toda a sua estrutura de processamento. Em que pesem os procedimentos de Segurança da Informação, e de Resposta à Incidentes, a EMPRESA possui procedimentos determinados para a mitigação de riscos, acompanhados do correspondente Relatório de Impacto aos Dados Pessoais, onde identifica os principais riscos, os dados mais importantes e que oferecem maior impacto aos usuários, no caso de um vazamento de informações. Em tal indesejável circunstância, a empresa, através de seu encarregado de dados, comunicará, de imediato, ao titular, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, informando a gravidade do ocorrido, os procedimentos que serão tomados, e o nível de segurança que poderemos garantir ao titular de dados.

Pela presente, a EMPRESA acima identificada declara, para os efeitos da Lei, que reconhece e atribui as correspondentes responsabilidades de Encarregado de Dados da mesma, conforme especificações a seguir.

Encarregado \_\_\_\_\_ (nome  
do profissional), \_\_\_\_\_  
(endereço) \_\_\_\_\_ (telefone)  
\_\_\_\_\_ (e-mail).

Ao encarregado de dados, caberá, nas formas da Lei, conforme o especificado no art. 41 da LGPD:

- Aceitar Reclamações e Comunicações dos Titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- Receber as comunicações da Autoridade Nacional, e adotar providências;
- Orientar aos funcionários e contratados da entidade a respeito das boas práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Por ser expressão de verdade, firma a presente.

\_\_\_\_\_ (local)  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ (data)



---

(assinatura do responsável legal da empresa)

---

(assinatura do encarregado)

São José do Vale do Rio Preto, 29 de dezembro de 2021

  
\_\_\_\_\_  
**Jeferson Gomes Machado**  
**Matrícula 3.374**